

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL: O CASO DA LITERATURA NO ENEM PPL

Gislene Santos Moreira (DPE-TO)

smoreira.gislene@gmail.com

Valéria da Silva Medeiros (UFNT)

valeria.medeiros@mail.uft.edu.br

RESUMO

O presente trabalho disserta acerca das políticas educacionais para Pessoas Privadas de Liberdade – PPL e visa, através de pesquisa bibliográfica, conhecer e divulgar os diversos projetos educativos destinados às Pessoas Privadas de Liberdade – PPL, os quais muitas pessoas não têm conhecimento sequer de sua existência quicá de como funcionam e de que modo podem contribuir para o bem de toda a sociedade. No país, considera-se que as pessoas privadas de liberdade devem ser reeducadas durante o encarceramento para que ao regressar à sociedade tenham a oportunidade de mudar sua vida. De que modo essa reeducação acontece? Através de programas que possibilitam ao apenado iniciar ou dar continuidade em seus estudos durante o prazo em que está encarcerado. Dentre as possibilidades de estudos, há os exames nacionais específicos para pessoas privadas de liberdade, são eles: ENEM PPL e ENCCEJA PPL. Não obstante, relata-se brevemente sobre a presença (ou não) da literatura nas questões do ENEM PPL.

Palavras-chave:

Enem PPL. Políticas Públicas Educacionais. Pessoas Privadas de Liberdade

ABSTRACT

This paper discusses educational policies for Persons Deprived of Liberty – PPL and aims, through bibliographical research, to know and disseminate the various educational projects aimed at Persons Deprived of Liberty – PPL, which many people are not even aware of. perhaps how they work and how they can contribute to the good of society as a whole. In the country, it is considered that people deprived of liberty must be re-educated during incarceration so that when they return to society they have the opportunity to change their lives. How does this re-education take place? Through programs that enable the inmate to start or continue their studies during the period in which they are incarcerated. Among the possibilities of studies, there are specific national exams for people deprived of liberty, they are: ENEM PPL and ENCCEJA PPL. Nevertheless, it is briefly reported on the presence (or not) of literature in ENEM PPL questions.

Keywords:

Enem PPL. Educational Public Policies. Persons Deprived of Liberty.

1. Introdução

Sabe-se que a educação é transformadora. Para Paulo Freire é um ato político e de conscientização. Acredita-se que a escola seja capaz de contribuir para a melhoria de condições de vida das pessoas, se cremos no poder de transformação social da educação é evidente que na penitenciária ela teria então um papel imprescindível, visto que esta é, ou pelo menos deveria ser um local de ressocialização, de reeducação e de transformação social. E pode ser um mecanismo onde os reeducandos tenham a oportunidade de mudar suas histórias.

Desde o nascimento das prisões até os dias atuais, houve diversas modificações no tratamento dos detentos. Apesar de que o sistema penitenciário ainda necessita de muita evolução, tem caminhado aos poucos em busca da ressocialização e não mais em apenas manter encarcerada a pessoa que cometeu crimes. A educação prisional é um tema ainda pouco discutido no meio acadêmico. As pesquisas referentes a esse tema são escassas e as que existem são bem recentes. Mas é um tema bastante relevante para a sociedade, já que através da oportunidade de educação a pessoa privada de liberdade pode conseguir se ressocializar e deixar o mundo do crime para trás.

Ter oportunidade de estudar enquanto cumpre suas penas também é primordial para que o preso sinta que realmente tem possibilidade de voltar ao convívio social de modo digno e até mesmo em menos tempo que o previsto, já que a Lei de Remição de Pena permite a diminuição dos dias de encarceramento através do estudo. Embora a educação prisional não seja um assunto amplamente discutido pela população brasileira é de suma importância conhecer um pouco, adquirir pelo menos uma noção de como funciona (ou pelo menos deveria funcionar) a educação para Pessoas Privadas de Liberdade – PPL, já que essa modalidade de ensino já é regulamentada por leis e já existem programas voltados especificamente para a educação desse público. Apesar da existência dessas políticas educacionais, esse assunto ainda é novidade para grande parte da sociedade que desconhece totalmente o sistema penitenciário, não tendo conhecimento sobre os direitos que os encarcerados possuem e de como essas ações podem contribuir para a diminuição das reincidências criminais, favorecendo, desse modo, a própria sociedade.

Grande parte da população, por desconhecimento ao tema, acredita que o apenado possua oportunidades e direitos que, muitas vezes, a população livre não consegue usufruir, como uma vaga para consulta i-

mediata, por exemplo. Entretanto, cabe alertar que não é o preso que está tendo mais direitos e sim que, assim como este, o cidadão livre tem muitos de seus direitos desrespeitados principalmente no que tange à saúde, educação e segurança devido à falta de políticas adequadas ou à corrupção que infelizmente se instalou no meio político. Conhecer o funcionamento do sistema penitenciário contribui para que não haja tanto preconceito em relação à pessoa presa ou egressa da prisão.

A pessoa privada de liberdade também tem suas limitações para conseguir dar continuidade aos seus estudos, e entre outras dificuldades está a de que apesar de ser direito seu participar de programas e projetos educacionais, o preso não tem acesso direto para inscrever-se. Ele precisa de que o responsável geral ou pedagógico da unidade prisional o inscreva, pois não pode ter acesso à internet. Desse modo, não basta que esse apenado queira se inscrever, de alguma forma ele estará “refém” de questões que são alheias às suas vontades, como por exemplo, o fato de os responsáveis estarem atentos aos prazos de inscrições de cada programa e de “quererem” comunicá-los e orientá-los sobre a possibilidade de participarem dessas provas.

Não obstante, existem ainda as questões intrínsecas, nas quais a própria pessoa deixou de acreditar em si, em sua capacidade de mudança, pois em muitos casos, diante do confinamento na prisão fica com sua autoestima prejudicada. E essas questões podem ser ainda mais frequentes em casos de reincidência, visto que o cidadão voltou ao convívio social, pode ter sofrido discriminação e acaba desacreditado de qualquer possibilidade de se ressocializar, fazendo com que não sinta vontade de esforçar-se para estudar, já que não pressupõe que poderá mudar de vida através da educação.

Cabe ainda ressaltar que diante dos problemas internos existe também, como em todo e qualquer processo educacional, aqueles alunos que têm dificuldade de aprendizagem ou que estão há muitos anos longe da escola ou ainda que estudaram por pouco tempo antes de serem detidos. Há também condições inapropriadas como poucas salas de aula em que é necessário misturar alunos de diferentes séries por falta de estrutura física na unidade prisional.

Nos casos de provas nacionais como ENEM e ENCCEJA ocorreram casos em que os reeducandos estavam inscritos e preparados para realização dos exames, mas não puderam fazer as provas devido às questões nas quais a administração da unidade considerou de risco à seguran-

ça da população ou dos próprios. Essas são algumas das dificuldades encontradas para a continuidade dos estudos após serem presos, além disso existem limitações advindas dos próprios programas educacionais que serão expostas no decorrer do presente trabalho.

2. Exames Nacionais Específicos para PPL's – ENEM e ENCCEJA

O Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM foi criado em 1998, com o intuito de avaliar as competências dos estudantes que estavam concluindo essa etapa, porém, a princípio essa participação era voluntária, ou seja, os concluintes não sofreriam nenhuma sanção se não realizassem a prova, assim como não haviam seleções feitas a partir dessa prova. Nesse primeiro ano o exame recebeu em torno de 157 mil inscrições, no qual, segundo dados do IBGE, somente 115,6 mil realizaram a avaliação. No ano de 2001, alunos de escolas públicas poderiam se isentar de pagar a taxa de inscrição e então o número de inscritos foi dez vezes maior que a primeira edição, chegando a 1,6 milhão de alunos, destes 1,2 milhão realizou a prova.

Em 2004, o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em que seriam concedidas bolsas de estudos a alunos de baixa renda oriundos de escola pública, no qual a porta de entrada seria uma boa pontuação no ENEM. Assim, em 2005 o exame teve três milhões de inscritos e 2,2 milhões de participantes. A partir de então, o número de inscritos tem sido crescente, principalmente depois que o Ministério da Educação criou o Sistema de Seleção Unificada (SI-SU), onde o ENEM passaria também a ser uma importante seleção para universidades públicas. Na edição de 2009 a avaliação registrou 4,1 milhões de inscritos.

Em 2010, foi instituída a realização do exame para PPLs (Pessoas Privadas de Liberdade), sendo neste mesmo ano a sua primeira edição. Sendo assim, poderiam se inscrever os adultos privados de liberdade e os adolescentes que estivessem cumprindo medidas socioeducativas que incluísse privação de liberdade. A edição específica para PPLs tem data diferente da edição comum a todos os estudantes e deve ser realizada dentro das próprias unidades prisionais em que houverem inscritos. Além disso, apresenta problemas específicos que, muitas vezes, torna-se ainda mais difícil de obter bons resultados no exame.

2.1. ENCCEJA PPL – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade

O ENCCEJA é um programa do Governo Federal que disponibiliza um exame nacional que possibilita a conclusão do ensino fundamental e médio. Destina-se a jovens e adultos que não concluíram os estudos na época apropriada. Através deste exame é possível ser emitidos dois tipos de documentos:

I – Certificado – esse documento dá ao aluno o reconhecimento de conclusão do nível fundamental/médio, atestando que o aluno concluiu com êxito todas as disciplinas deste núcleo.

II – Declaração de proficiência – ocorre quando o aluno não conseguiu bons resultados em todas as disciplinas, mas teve bom rendimento em alguma (s), recebendo, deste modo, uma declaração para que possa fazer aproveitamento dessa (s) disciplina(s) em outra edição do exame, não sendo necessário repeti-la quando vier a participar de outra edição.

Como ocorre essa certificação para jovens e adultos privados de liberdade?

A certificação ocorre do mesmo modo para pessoas privadas de liberdade e jovens que cumprem medidas socioeducativas e que não concluíram o ensino fundamental na idade apropriada. A etapa para unidades prisionais e socioeducativas ocorre em datas distintas em relação aos demais candidatos. Para que os reeducandos participem é necessário que os órgãos estaduais de administração prisional firmem um termo de adesão com o Inep, através de um sistema online com prazo de inscrição definido a cada ano.

Não obstante, cada vez mais se reconhecem as vantagens da educação como elemento vital para fomentar a capacidade dos (as) reclusos (as) em desenvolver e manter uma série de atitudes que lhes permitirão aproveitar eventuais oportunidades sociais, econômicas e culturais. Apesar de esse reconhecimento ser desejável e necessário cabe assinalar que, no que diz respeito à sua natureza, disponibilidade, qualidade e taxas de participação, a educação nos estabelecimentos penitenciários varia consideravelmente entre as diferentes regiões e no interior delas, nos Estados e, também, nas próprias instituições. (BRASIL, 2011 p. 59)

Todas as inscrições de participantes da unidade prisional/socioeducativa deverão ser feitas pelo responsável pedagógico da mesma, exclusivamente pela *internet*, em data específica a ser divulgada antes da abertura. O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Anísio Teixeira – disponibiliza uma cartilha para instruir os responsáveis envolvidos na aplicação dos exames, a mesma pode ser baixada em seu site oficial e traz informações muito relevantes para a aplicação das provas, para que se possa preservar a integridade dos participantes enquanto também se garante a segurança no momento da avaliação. Além de conter dicas sobre as competências que serão avaliadas, a fim de que o educador tenha melhor preparo didático para instruir seus alunos durante as aulas em preparação para o exame, objetivando o melhor desempenho possível para esses alunos.

2.2. Como ocorrem as aplicações de provas do ENEM e ENCEJA PPLs

Os resultados que os participantes alcançam nas avaliações podem ser utilizados para o acesso a programas educacionais, como o Pronuni, Fies, Sisu e Sisutec, da mesma forma que os participantes não privados de liberdade também podem ter acesso a esses programas sociais. A responsabilidade de gerir as avaliações é do INEP que tem a função de elaborar as provas, disponibilizar as inscrições e divulgar o resultado. Também é responsável pela contratação da banca para realizar as provas.

Para que seja possível a realização das provas nas Unidades Prisionais e Socioeducativas o INEP estabelece um elo entre si e as Secretarias de Educação, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Direitos Humanos e com os Institutos Federais de Educação. Os responsáveis pela implementação dos exames no INEP são a Diretoria de Avaliação Básica e a Diretoria de Gestão de Planejamento.

A função de cada órgão envolvido no processo é bem determinada pelo INEP e são:

- Institutos Federais: Emitem o certificado de conclusão dos participantes que conseguiram a média no exame de Ensino Médio.
- Secretarias Estaduais de Educação: Certificam tanto a conclusão de ensino médio quando a de ensino fundamental aos participantes que alcançarem a pontuação exigida.
- Secretarias de Administração Penitenciária e Socioeducativa: São encarregados de aderir à execução dessas avaliações em seus devidos estados, além disso devem garantir a segurança durante a aplicação das provas nas Unidades Prisionais e Socioeducativas.

- Diretoria da Unidade Prisional ou Socioeducativa: Responsável por assinar o termo de adesão de sua unidade para participar dos exames e pela garantia de segurança na aplicação das provas no local.
- Responsável pedagógico: Realiza todo o trâmite relacionado às inscrições dos reeducandos, visto que eles não podem acessar internet. Dessa forma, o responsável pedagógico também informa sobre os resultados da avaliação e no caso de o participante atingir a média exigida o profissional solicita a certificação de conclusão (ENCCEJA) ou o inscreve nos programas de governo para o acesso ao ensino superior.

3. Indicadores consolidados do ENEM PPL 2016

Após as avaliações, o INEP disponibilizou em 2016, os Indicadores Consolidados, para que se saiba como ocorreu os exames através de algumas informações relevantes. Neste ano, foram inscritas 54.358 pessoas, nas quais 42.490 receberam seus certificados. Na região Norte à qual pertence o estado do Tocantins, foram inscritos 3.551 (377 do Tocantins), dos quais 2.420 (204 do Tocantins) receberam certificação.

Na distribuição geral por faixa etária, o maior número de inscritos se deu na população jovem de 21 a 30 anos, onde 47% deles se inscreveram para participar da prova e o menor percentual foi na faixa etária dos menores de 16 anos, na qual não atingiu 1%. Cabe aqui abrir uma colocação a respeito desses dados, pois inicialmente ao ver essa diferença pode-se imaginar que estes últimos não estão preocupados com formação educacional e que estão envolvidos com o mundo do crime e somente. Entretanto, apesar de não se poder justificar com exatidão, arrisca-se aqui supor que esse percentual tão baixo se dê também pela instabilidade em que se encontram esses adolescentes, pois suas “penas” não são longas como as dos adultos, portanto não passam anos no sistema socioeducativo, mas normalmente alguns meses, então dificilmente esses jovens estarão lá entre o período de inscrição e realização de provas.

Além disso, eles possuem acesso garantido à educação e normalmente estão estudando durante o período de reeducação. É como se as políticas sociais estivessem mais voltadas para os adolescentes, talvez por ainda estarem em processo de formação física e psicológica. “São as políticas sociais, em particular na área da Educação, que diminuem o envolvimento dos adolescentes com a violência (Cf. SINASE, p. 22)

De volta à análise dos inscritos, dos 54.358 apenas 6.055 são mu-

lheres, ou seja, 11% do total. Entretanto, cabe considerar que o número de mulheres presas, apesar de grande aumento nas últimas duas décadas, é proporcionalmente bem menor que o de homens. Do total de inscritos na edição de 2016, apenas 8.896, ou seja, 16%, concluiu o ensino médio, já a grande maioria 30.762 desses jovens e adultos participantes não concluiu e nem está cursando o ensino médio.

No Tocantins, as provas foram realizadas em 29 unidades prisionais e em 3 socioeducativas, abrangendo um total de 28 municípios. Além disso, houve 2 unidades socioeducativas e 1 de prisão provisória que não tiveram a aplicação de provas, devido a acontecimentos imprevistos. Em Santa Fé do Araguaia, tinham 3 inscritos para o exame, mas não puderam realizá-lo devido a uma rebelião no local nessa mesma data.

Já em Gurupi, onde teria apenas 01 participante, não houve realização da avaliação, pois o adolescente inscrito já não estava mais na unidade, devido a uma decisão judicial. Em Paraíso do Tocantins, o número de participantes era bem maior, totalizando 21 inscritos, mas não houve o exame, pois o diretor alegou falta de segurança no local.

Os obstáculos institucionais e situacionais são externos às pessoas às quais a formação é ministrada, e talvez seja elas quem melhor possa descrevê-los. A lista desses obstáculos extensa e de alcance mundial, inclui exemplos alarmantes de casos em que a educação é interrompida ou terminada por caprichos pessoais de administradores ou de funcionários da prisão ou por encarceramento em celas ou transferências abruptas entre instituições, assim como pela falta de bibliotecas, confisco generalizado do escasso material escrito e didático existente, a lista de espera de até três anos para ter acesso aos cursos e o acesso limitado e frequentemente inexistente à tecnologia da informação e à capacitação correspondente, incluídas as aptidões técnicas necessárias à atual sociedade informatizada. (BRASIL, 2001, p. 66)

Pretendia-se neste subitem fazer um comparativo entre os dados divulgados após a realização dos exames, para que se verificasse possíveis avanços no número de participantes, quantidade de aprovados e demais dados relevantes. Entretanto, apesar da busca incessante não foi possível encontrar nenhuma outra edição de Indicadores Consolidados dos demais anos, não sendo exequível dessa maneira, haver nenhum comparativo em relação aos dados divulgados em 2016.

3.1. Análise da quantidade de questões de literatura do ENEM PPL de 2010 a 2017

Partindo do pressuposto de que a literatura é uma rica contribuição no processo educativo, e da importância que tem para a formação de cidadãos críticos, O Plano Nacional da Leitura e do Livro (PNLL), tratando da democratização de acesso, destaca que:

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (BRASIL, 2014 p. 2)

Pode-se concluir que, se a leitura e o livro possibilitam esse desenvolvimento social e contribuem para uma sociedade mais justa, o Projeto de Remição pela Leitura desempenha um papel fundamental nessa contribuição social, visto que torna viável um acervo bibliográfico disponível aos que se encontram marginalizados e que muitas vezes buscam uma forma de modificar sua história, mas em alguns casos, faltam oportunidades.

Através da leitura, o leitor pode, além de imaginar os fatos, reviver suas histórias, suas crenças e valores. A literatura, que conta com objetos implícitos, leva o leitor a imaginar as cenas da narração, remetendo-o às suas lembranças, levando-o a projetar um pouco de si, daquilo que ele traz, de suas memórias, fazendo com que através desse seu conhecimento de mundo, ele imagine as cenas em que ocorrem a narrativa.

A literatura nos permite, de fato, vivenciar e (re)criar acontecimentos e experiências, sentimentos e emoções. Além disso, o texto literário apresenta uma natureza lúdica e convida o leitor a compartilhar do jogo da imaginação, da fantasia e ainda a brincar com as palavras. Em outras palavras, a experiência estética vivenciada na leitura de obras literárias aguça a imaginação, a sensibilidade e, pela catarse (Aristóteles), apura as emoções, além de promover a construção de conhecimentos, atitudes morais e éticas, ou seja, a literatura contribui, de fato, para a formação da cidadania. (MAGALHÃES; BARBOSA, 2009, p. 153)

A interpretação textual não depende unicamente do que está explícito no texto, mas, acredita-se que o conhecimento e a história de vida do leitor, também possam influenciá-la, Wallace (1992) afirma que,

Se virmos a leitura e produção de textos como processos sociais, muitos fatores contribuem para a construção do significado em textos escritos. Exemplos incluem os papéis sociais e as experiências do escritor e do leitor e seus respectivos propósitos e também o contexto em que o texto é produzido e interpretado. (WALLACE, 1992, p. 54)

É notável o quão significativo pode ser a literatura na vida dos presos, pois se pode fazer com isso um trabalho de ressocialização, de resgate da cidadania, visto que, apesar de estarem restritos de liberdade física, poderão sentir a liberdade de vivenciar a fantasia da literatura. Terão uma ocupação ao passo que adquirem conhecimento e consequentemente a tão almejada diminuição de pena. Além de poderem se autocohecer melhor e se reconhecer nas histórias que leem,

O sujeito nunca é idêntico a si mesmo, mas constantemente vem a ser, como uma existência narrada para si e que se constitui nessa trajetória diferenciada. O sujeito nunca se constituirá totalmente como realidade fechada em si mesma, porque a subjetividade não é mais do que a ação de tornar-se sujeito, constantemente reiterada. E a alteridade faz parte desse processo, porque a ação de tornar-se sujeito inclui a constante alteração de si e nunca a repetição do mesmo. (SILVA, 2012, p. 24)

A literatura é uma ferramenta de conscientização sobre si e sobre o outro, sendo capaz de levar os leitores à reflexão, a repensar e até mesmo recriar suas histórias. Diante da reconhecida importância da literatura na formação dos cidadãos e de como pode contribuir para ressocializar as pessoas presas, faz-se aqui uma breve análise da quantidade de questões presentes nas edições do ENEM PPL. O que se pode notar, através da tabela abaixo é que o número de questões a que se refere se alternam de acordo com o ano, mas tem um percentual bem pequeno em todas as edições do exame.

<u>Ano</u>	<u>Total de Questões</u>	<u>Questões de Literatura</u>
2010	180	03
2011	180	10
2012	180	10
2013	180	03
2014	180	05
2015	180	07
2016	180	06
2017	180	07

Nota-se que, no período em que se avaliou a quantidade de questões literárias, o número de questões varia de três a dez, de um total de

cento e oitenta questões que estão divididas entre: Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; Ciências da Natureza e Suas Tecnologias. Em números percentuais, significa que em, 2010 e 2013 as questões de literatura representaram menos de dois por cento do total da prova. Transformando esses dados em um gráfico, onde a parte azul representa o número total de questões e parte vermelha representa as questões de literatura, percebe-se melhor o quanto é discrepante e quase que sem representação a presença da literatura na edição do ENEM PPL nesses dois anos.

Os anos em que houve a maior quantidade de questões de literatura na prova foram os de 2011 e 2012 com dez questões cada um. Mesmo tendo sido a edição com a maior quantidade, essa representatividade ainda se torna pequena. O gráfico abaixo traz uma melhor compreensão. A parte de baixo do gráfico mostra a totalidade da prova, já a linha superior representa as questões literárias.

Não é proposta deste trabalho analisar as questões em si. Mas sim, enfatizar que essa baixa quantidade de questões de literatura, dentro de tamanha relevância que a literatura tem tanto na educação quanto na ressocialização, pode ser um dado preocupante e até mesmo revelador sobre a importância que tem sido lhe dada no processo de ressocialização de PPLs.

4. Considerações finais

As políticas públicas educacionais para pessoas privadas de liberdade apesar de existirem, são ainda muito recentes no Brasil. Os programas específicos para esse público em sua maioria já são deste século e talvez por serem contemporâneos possuam ainda tantas dificuldades em suas execuções. O direito a educação é de todos, mas a forma como se dão as oportunidades ainda precisa ser analisada, respeitando as individualidades de alguns grupos que possuem muitos empecilhos para gozar desses direitos, como é o caso dos PPLs.

São diversas as ações que buscam ressocializar o preso. Se analisarmos esses documentos, pode-se chegar à conclusão de que tudo funciona muito bem, pois se dividem as responsabilidades entre União, estados e municípios e conta-se com o apoio de diferentes Ministérios e Secretarias, sendo suficiente para que se cumpram com êxito todas as metas educacionais. Entretanto, a realidade é bem diferente, a tabela abaixo

mostra o percentual de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais, e está divida de acordo com a Unidade da Federação. Através dela é possível perceber que o número de pessoas presas que estão inseridas no processo educacional é muito aquém do almejado nas metas dos programas para a educação.

Tabela 10 - Educação

UF	Pessoas em atividades de ensino escolar		Pessoas em atividades educacionais complementares		% total de pessoas presas em atividades educacionais
	N	%	N	%	
AC	225	4%	0	0%	4%
AL	367	6%	0	0%	6%
AM	907	9%	50	0%	9%
AP	49	2%	0	0%	2%
BA	2.256	10%	360	3%	20%
CE	1.701	7%	0	0%	7%
DF	1.000	11%	22	0%	11%
ES	3.660	19%	817	4%	23%
GO	506	3%	23	0%	3%
MA	487	12%	25	1%	13%
MG	8.060	33%	1.838	3%	35%
MS	1.239	7%	32	0%	7%
MT	1.335	13%	111	3%	14%
PA	1.259	9%	0	0%	9%
PB	1.089	10%	0	0%	10%
PE	2.062	19%	12	0%	19%
PI	382	9%	50	1%	11%
PR	5.723	14%	2.316	6%	19%
RJ	91	4%	91	4%	8%
RN	87	1%	48	1%	2%
RO	976	9%	191	2%	11%
RR	330	14%	0	0%	14%
RS	2.185	6%	158	0%	7%
SC	1.945	9%	839	4%	13%
SE	240	5%	15	0%	5%
SP	15.092	8%	5.706	2%	10%
TO	158	13%	407	13%	26%
Brasil	61.642	10%	12.809	2%	12%

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

O Tocantins se destaca como o estado de maior percentual de pessoas privadas de liberdade que estão desempenhando atividades educacionais. Seguido os estados de Espírito Santo e Bahia, ambos estando acima da média nacional. Apesar do destaque do Tocantins nesse quesito, os números ainda apontam que esse percentual ainda é muito baixo, pois indica que somente 1/4 da população carcerária está envolvida em atividades educacionais.

A educação é um mecanismo social para transformar vidas. Mas um dos problemas que a aflige a é que o país em que vivemos está impregnado de desigualdades sociais. Todos possuem os mesmos direitos na constituição, mas na realidade a história é bem diferente e faz com que essa tão visada e sonhada boa educação como transformação social não seja a realidade de todos, como se pode ver nos dados da tabela acima.

Há uma grande divergência entre a educação pública e a particular. Infelizmente os recursos da educação gratuita andam longe de se comparar à educação privada e se torna mais complicado ainda quando essa educação é voltada para grupos sociais marginalizados na sociedade. Então, todos têm direito à educação, mas lamentavelmente, cada um a terá em um nível diferente devido à toda essa discrepância de classes sociais. Se parar para refletir perceber-se-á que deve haver uma razão para que os representantes políticos da sociedade não lutem para que a popu-

lação menos favorecida – que por sinal é muito grande no país – tenha seus direitos educacionais respeitados. Para Freire essa resposta é simples e explica o porquê dessa “cegueira” política diante das necessidades do povo: “Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”. Pois, um povo bem instruído e com uma boa base educacional não será facilmente enganado por seus “representantes”.

Diante de toda essa problemática, o que fazer então para que as políticas públicas educacionais funcionem? O que pode ser pensado para que o sistema educacional prisional tenha maior êxito diante das políticas de governo insuficientes? Ficam aqui duas sugestões, que certamente não resolverão os problemas do sistema, mas poderão contribuir significativamente para sua melhoria: 1) que a sociedade participe mais ativamente das políticas públicas; 2) que o estudante universitário de licenciaturas tenha oportunidade de conhecer, durante o curso, as diferentes áreas de atuação docente, inclusive a de educação prisional.

4.1. A participação ativa dos diversos setores da sociedade

A situação crescente de violência no país tornou-se motivo de preocupação para toda a sociedade. Todos os dias veem-se nos diversos meios de comunicação as notícias de criminalidade. O mais assustador é que grande parte desses crimes são praticados por adolescentes, que ainda em idade escolar, deixam o colégio e se enquadram na criminalidade. A população cobra segurança e quer que haja mudanças nas leis, até mesmo que seja reduzida a maior idade penal (assunto esse que anteriormente já foi dito que não será abrangido neste trabalho), todos querem que o governo tome providências e sempre se ouve relatos das pessoas culpando a polícia, o governo, a escola. Porém, para que se tenha uma sociedade de paz é preciso ir além de meras punições e, além disso, é necessário que se aja em conjunto os diversos setores da sociedade.

Achar que a crescente violência é problema de um ou de outro é um grande engano, pois as consequências afetam a sociedade de modo geral. Abster-se de participar das decisões que envolvem a sociedade também é uma omissão e apenas contribui para a ausência de soluções eficazes. Se a segurança, a educação ou qualquer outro setor estiver em crise, afetará toda a população.

É importante frisar que contribuir com a socioeducação se torna responsabilidade de todos, pois uma reeducação fracassada poderá afetar toda a sociedade, deixando assim de ser um problema só do governo, das pessoas privadas de liberdade e de suas famílias e passando a ser uma questão de toda a comunidade, que ao somar seus esforços com os demais grupos envolvidos, estará contribuindo para o bem desses reeducandos e principalmente para o benefício e segurança de toda a população. É necessário que se acredite que é possível mudar essa situação de vida em que esses jovens e adultos se encontram e para tal o melhor caminho é a educação.

A educação tem um poder transformador, mas não se pode ser utópico e achar que é muito simples mudar os costumes assim, pois para que toda a sociedade participe das decisões é necessário que haja muitas mudanças. A principal mudança é a educação de forma popular, acessível a todos, “educação para o homem-sujeito”. Não apenas formalmente, mas também educar a sociedade para que ela se sinta parte da solução dos problemas que a afetam.

É importante ainda que essa população que tanto deseja mudanças acredite na importância da educação para essa transformação social também nos casos de PPL's, pois se a oportunidade de mudança é a ressocialização, como poderá ser ressocializado aquele que não teve uma educação formal equivalente às pessoas livres? Na era tecnológica em que se está, as pessoas livres que não tiveram oportunidade de terminar seus estudos já sofrem uma grande discriminação no mercado de trabalho, pois as constantes mudanças exigem um perfil atualizado. Imagine-se então como será para uma pessoa que já sofre o preconceito de ter sido presa, caso, além disso, ela não possua conhecimentos básicos exigidos para esse concorrido e mutável mercado.

4.2. A necessidade de se repensar o currículo docente nas universidades

O plano Nacional de Educação, no item 9.8 que, outrora mencionado trata de estratégias específicas para a educação de PPLs, tem entre suas metodologias a formação específica para professores que trabalharão com esse público. O Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional também tem entre seus objetivos essa mesma preocupação de promover formação e capacitação para os profissionais envolvidos nos processos de ensino do sistema prisional. O Plano de Educação

nas Prisões do Tocantins tem pretensão de criar um programa específico para atendimento e apoio social, educacional e psicológico dos profissionais que atuam nas prisões.

Essa preocupação em formar e capacitar os profissionais envolvidos nesse processo de educação em prisões é extremamente relevante, pois muitos desses professores apresentam problemas relacionados à autoestima e demais questões psicológicas por não saberem lidar com a situação de estar dentro de uma prisão.

As autoras Silvana Machado Cella e Dulce Maria Pompêo de Camargo, em seu artigo Trabalho Pedagógico com Adolescente em Conflito com a Lei: feições da exclusão/inclusão, relatam em uma pesquisa realizada por elas em duas unidades socioeducativas, na qual abordam o trabalho dos professores nessas localidades e mostram, além de suas contribuições e práticas, os sentimentos que lhes acompanham nesse ofício.

Nota-se aqui que ainda que os docentes sejam formados para educar, a universidade ainda não os prepara para os diferentes locais e contextos educacionais, no texto as autoras relatam que esses profissionais se sentem, muitas vezes excluídos em relação aos demais profissionais de educação que atuam fora das unidades socioeducativas, além disso há falas das professoras em que desabafam que se sentem muito cobradas, pois muitas vezes tanto a sociedade de modo geral, quanto professores de escolas regulares as vêem como as solucionadoras de todos os problemas desses adolescentes, dando-lhes a total responsabilidade de transformá-los completamente e depositando no trabalho delas toda a esperança de erradicar a criminalidade.

Um dos maiores choques de realidade que as docentes sentiram em relação ao trabalho que desenvolvem foi o fato de não conhecerem a realidade por não ter havido qualquer contato com o ambiente socioeducativo ou sequer ter sido comentado durante a graduação. A universidade, muitas vezes prepara os professores para trabalharem em classes idealizadas, distantes da realidade atual, não se fala em indisciplina e nem tampouco que existem alunos agressivos, com famílias desestruturadas e diversas outras situações existentes na escola real, quiçá qualquer tipo de comentário sobre a educação no sistema socioeducativo.

Então os questionamentos são: como a universidade contribuirá para formar profissionais aptos a trabalharem nas mais diversas realidades? De que modo será organizado o currículo para contemplar essas minorias? Como facilitar esse contanto entre os profissionais da área de Di-

reito e Educação?

São temas nos quais este trabalho não se dedica a responder, at mesmo porque se o tentasse, a possibilidade de não obter resposta seria enorme, visto que talvez nem a própria universidade soubesse responder. Mas fica a reflexão de que é necessário que se enxergue essas realidades e atualidades e se reveja a educação, primordialmente como opção de mudança e transformação de vida. Certamente não será fácil readequar essas questões, mas se faz necessário para o progresso educacional, especialmente para a educação de Pessoas Privadas de Liberdade e há de se considerar que “não há crescimento sem conflitos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Código de Menores*: Lei federal nº 17.943^a, de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação/ Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Livro e da Leitura*. Brasília, dez. 2006. 47p. Edição atualizada e revisada em 2014. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documentos/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660. Acesso em 20 de set de 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. 52p., 30 cm.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Execução Penal*. Brasília, 1955. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em 19/10/2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo*: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Indicadores Consolidados*. Enem PPL 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/ppl/2016/indicadores_enem_PPL_2016.pdf. Acesso em 19/07/2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/documento- HYPERLINK "http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/documento-orienta-jovens-e-adultos-privados-de-liberdade-para-o-exame/21206"](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/documento-HYPERLINK%20%22http%3A%2F%2Fportal.inep.gov.br%2Fartigo%2F%2Fasset_publisher%2FB4AQV9zFY7Bv%2Fcontent%2Fdocumento-orienta-jovens-e-adultos-privados-de-liberdade-para-o-exame%2F21206%22orienta-jovens-e-adultos-privados-de-liberdade-para-o-exame%2F21206)orienta-jovens-e-adultos-privados-de-liberdade-para-o-exame/21206. Acesso em: 22/11/2021.

CHIZOTTI, Antonio. *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 6. ed, Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

DELFIN, Marcio Rodrigo. *Breves Considerações a Respeito da Remição da Pena pelo Trabalho, Estudo e Leitura*. Jundiaí: Paco, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 1996.

MAIA, Clarissa. *História das Prisões no Brasil*. V. 1, In: MAIA, C.N. et al. (Orgs). 1. ed. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

MALLART, Fabio. *Cadeias Dominadas: a fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. 264p.

ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gerard; REZENDE, Neide Luzia de (Orgs). *Literatura subjetiva e ensino de literatura*. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS. Thandara. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2016*, In: SANTOS, T. et al. (Orgs). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65p., il. color.

SILVA, Franklin Leopoldo e Silva. *O outro*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2012.